

## ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PRÁTICAS DE ENFERMEIROS NO MUNICÍPIO DE OROBÓ-PE

## PRENATAL CARE IN THE CONTEXT OF PRIMARY HEALTH CARE: NURSING PRACTICES IN THE MUNICIPALITY OF OROBÓ-PE

## ATENCIÓN PRENATAL EN EL CONTEXTO DE LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD: PRÁCTICAS DE ENFERMEROS EN EL MUNICIPIO DE OROBÓ-PE

**Talita Barbosa da Silva**

Graduada em Enfermagem, UEPB, Brasil

E-mai: [talitabarbosa2018@gmail.com](mailto:talitabarbosa2018@gmail.com)

**Ana Carolina Dantas Rocha Cerqueira**

Doutora em Enfermagem, UEPB, Brasil

E-mail: [ana.cerqueira@servidor.uepb.edu.br](mailto:ana.cerqueira@servidor.uepb.edu.br)

**Rosilene Santos Baptista**

Doutora em Enfermagem, UEPB, Brasil

E-mail: [rosilenebaptista@gmail.com](mailto:rosilenebaptista@gmail.com)

**Raíssa Gabriella Silva de Oliveira Barros**

Graduada em Enfermagem, UEPB, Brasil

E-mail: [raissaoliveirab10@gmail.com](mailto:raissaoliveirab10@gmail.com)

**Vanessa Priscila de Lira Oliveira**

Graduada em Enfermagem, UEPB, Brasil

E-mail: [vanessaprisicalira@gmail.com](mailto:vanessaprisicalira@gmail.com)

**Maria Stefanny Moura da Silva**

Mestranda em Saúde Pública, UEPB, Brasil

E-mail: [mstefanny745@gmail.com](mailto:mstefanny745@gmail.com)

**Andreza do Nascimento Alves**

Mestranda em Saúde Pública, UEPB, Brasil

E-mail: [andreza.nascimento95@gmail.com](mailto:andreza.nascimento95@gmail.com)

**Michelinne Oliveira Machado Dutra**

Doutora em Enfermagem, UEPB, Brasil

E-mail: [michelinnedutra@gmail.com](mailto:michelinnedutra@gmail.com)

### Resumo

Introdução: O acompanhamento gestacional constitui uma importante estratégia da saúde pública, voltada à promoção da saúde materno-infantil, prevenção de agravos e redução de desfechos adversos durante a

gestação e o período neonatal. Nesse cenário, o profissional de enfermagem exerce funções essenciais relacionadas ao acolhimento, realização de consultas, educação em saúde, solicitação de exames e encaminhamento das gestantes. Objetivo: Investigar as práticas desenvolvidas por enfermeiros no cuidado pré-natal no município de Orobó, Pernambuco, Brasil. Método: Estudo descritivo, transversal, com abordagem quantitativa, conduzido com enfermeiros atuantes em Unidades Básicas de Saúde do município. As informações foram obtidas mediante aplicação de questionários estruturados fundamentados nas recomendações do Ministério da Saúde, sendo posteriormente submetidas à análise estatística descritiva. Resultados: A investigação possibilitou identificar as atividades executadas pelos profissionais de enfermagem no atendimento às gestantes, destacando aspectos relacionados à assistência humanizada, organização do cuidado e qualificação das ações ofertadas na atenção básica. Conclusão: Verificou-se que o trabalho do enfermeiro possui relevância significativa para a consolidação do acompanhamento gestacional na atenção primária, favorecendo melhorias na assistência ofertada às usuárias e contribuindo para o fortalecimento das ações direcionadas à saúde da mulher.

**Palavras-chave:** Atenção primária à saúde; competências profissionais; enfermagem; pré-natal; saúde da mulher.

## Abstract

Introduction: Gestational follow-up is an important public health strategy aimed at promoting maternal and child health, preventing complications, and reducing adverse outcomes during pregnancy and the neonatal period. In this context, nursing professionals perform essential functions related to welcoming care, prenatal consultations, health education, laboratory test requests, and referrals for pregnant women. Objective: To investigate the practices developed by nurses in prenatal care in the municipality of Orobó, Pernambuco, Brazil. Method: This is a descriptive, cross-sectional study with a quantitative approach, conducted with nurses working in Primary Health Care Units in the municipality. Data were collected through structured questionnaires based on the recommendations of the Brazilian Ministry of Health and were subsequently analyzed using descriptive statistics. Results: The investigation made it possible to identify the activities performed by nursing professionals in prenatal care, highlighting aspects related to humanized assistance, organization of care, and qualification of actions offered in primary health care. Conclusion: It was found that the work performed by nurses has significant relevance for strengthening prenatal follow-up in primary care, contributing to improvements in the assistance provided to pregnant women and reinforcing actions directed toward women's health.

**Keywords:** Primary health care; professional competencies; nursing; prenatal care; women's health.

## Resumen

Introducción: El seguimiento gestacional constituye una importante estrategia de salud pública orientada a la promoción de la salud maternoinfantil, la prevención de complicaciones y la reducción de resultados adversos durante el embarazo y el período neonatal. En este contexto, los profesionales de enfermería desempeñan funciones esenciales relacionadas con la acogida, la realización de consultas prenatales, la educación en salud, la solicitud de exámenes y la derivación de las gestantes. Objetivo: Investigar las prácticas

desarrolladas por enfermeros en la atención prenatal en el municipio de Orobó, Pernambuco, Brasil. Método: Estudio descriptivo, transversal y con enfoque cuantitativo, realizado con enfermeros que actúan en Unidades Básicas de Salud del municipio. Los datos fueron recolectados mediante cuestionarios estructurados basados en las recomendaciones del Ministerio de Salud de Brasil y posteriormente analizados mediante estadística descriptiva. Resultados: La investigación permitió identificar las actividades realizadas por los profesionales de enfermería en la atención a las gestantes, destacando aspectos relacionados con la asistencia humanizada, la organización del cuidado y la cualificación de las acciones ofrecidas en la atención primaria de salud. Conclusión: Se verificó que el trabajo desempeñado por los enfermeros posee una relevancia significativa para el fortalecimiento del seguimiento prenatal en la atención primaria, contribuyendo a mejorar la asistencia ofrecida a las gestantes y reforzando las acciones dirigidas a la salud de la mujer.

Palabras clave: Atención Primaria de Salud; Competencias Profesionales; Enfermería; Atención Prenatal; Salud de la Mujer.

## 1. Introdução

A gestação corresponde a um processo fisiológico complexo, marcado por intensas modificações anatômicas, hormonais, metabólicas e emocionais no organismo materno, necessárias para o desenvolvimento fetal e adaptação da mulher ao ciclo gravídico-puerperal. Entre as alterações mais frequentemente observadas destacam-se amenorreia, aumento do volume mamário, ganho ponderal e crescimento uterino progressivo. Tais adaptações possuem papel fundamental na manutenção da gestação, preparação para o parto e estabelecimento das condições necessárias ao retorno do organismo materno ao estado pré-gravídico durante o puerpério (Rezende Filho, 2022).

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas à saúde materna, a mortalidade materna permanece como um importante desafio para os sistemas de saúde em escala global. Estima-se que, em 2020, aproximadamente 287 mil mulheres morreram em decorrência de complicações relacionadas à gestação, parto ou puerpério, correspondendo a cerca de 800 óbitos diários no mundo. No cenário brasileiro, embora tenha sido observada redução da Razão de Mortalidade Materna nas últimas décadas, os indicadores ainda permanecem acima das metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, evidenciando importantes desigualdades no acesso e na qualidade da assistência obstétrica (Gama et al., 2024).

Nesse contexto, a assistência pré-natal configura-se como uma das principais estratégias para prevenção de agravos maternos e neonatais, uma vez que possibilita a

identificação precoce de fatores de risco, o monitoramento contínuo das condições materno-fetais e o desenvolvimento de ações educativas voltadas à promoção da saúde. Ademais, a adequada adesão ao acompanhamento gestacional associa-se diretamente à redução da morbimortalidade materna e perinatal, favorecendo melhores desfechos obstétricos e neonatais (Souza et al., 2021).

A relevância do cuidado pré-natal torna-se ainda mais evidente diante das possíveis intercorrências que podem acometer o período gestacional, incluindo síndromes hipertensivas, hemorragias obstétricas, infecções graves, gravidez ectópica, descolamento prematuro de placenta, edema agudo de pulmão e insuficiência respiratória. Essas condições representam importantes causas de morbimortalidade materna e demandam identificação precoce e manejo oportuno, a fim de minimizar complicações potencialmente evitáveis (Ferreira; Coutinho; Queiroz, 2023).

Embora tais eventos apresentem elevada gravidade clínica, grande parte das complicações relacionadas à gestação pode ser evitada mediante uma assistência pré-natal qualificada, resolutiva e baseada em evidências científicas. Nesse cenário, o enfermeiro assume papel estratégico na Atenção Primária à Saúde, atuando no acolhimento, acompanhamento clínico da gestante, solicitação de exames, desenvolvimento de atividades educativas e identificação precoce de situações de risco. A atuação desse profissional encontra respaldo na Lei nº 7.498/1986, que regulamenta o exercício profissional da enfermagem no Brasil e assegura competências relacionadas à consulta de enfermagem, prescrição de cuidados e implementação de ações preventivas e promocionais em saúde (Brasil, 1986; Barreto et al., 2021).

Complementarmente, a Resolução COFEN nº 737/2024 fortalece a autonomia do enfermeiro obstétrico e da obstetrix na assistência à mulher, ao recém-nascido e à família, reconhecendo a competência técnica e científica desses profissionais para condução do cuidado obstétrico, especialmente no contexto do parto planejado e do acompanhamento gestacional. A normativa também reforça a Sistematização da Assistência de Enfermagem como instrumento essencial para organização, continuidade e qualificação da assistência prestada (COFEN, 2024).

Além das competências técnico-assistenciais, a qualidade do cuidado pré-natal está diretamente relacionada à capacidade do profissional em estabelecer vínculo, promover escuta qualificada e desenvolver ações educativas centradas nas necessidades individuais da gestante. A comunicação efetiva e o acolhimento humanizado favorecem maior adesão ao acompanhamento gestacional, fortalecem a autonomia da mulher e contribuem para a prevenção de complicações maternas e neonatais (Santos et al., 2022; Lima et al., 2024).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as práticas desempenhadas por enfermeiros na assistência pré-natal no município de Orobó, Pernambuco, Brasil. Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento das estratégias de cuidado desenvolvidas na atenção primária, subsidiando ações voltadas à qualificação da assistência pré-natal e ao aprimoramento das políticas públicas direcionadas à saúde materna.

## 2. Revisão da Literatura

A assistência pré-natal no âmbito do Sistema Único de Saúde tem sido fortalecida por políticas públicas direcionadas à ampliação do acesso, qualificação do cuidado e redução dos indicadores de morbimortalidade materna e neonatal. Nesse contexto, a Rede Alyne, instituída pela Portaria GM/MS nº 5.350, organiza estratégias voltadas ao cuidado materno-infantil desde a Atenção Primária à Saúde até os serviços especializados, priorizando a integralidade da assistência e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Em consonância com essas diretrizes, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde reconhece o enfermeiro como profissional apto à condução do pré-natal de risco habitual, incluindo a realização de consultas, solicitação de exames complementares, identificação precoce de intercorrências e encaminhamento para avaliação especializada quando necessário. O Caderno de Atenção Básica nº 32 também destaca a enfermagem como componente essencial para a efetivação do cuidado integral à gestante de baixo risco, especialmente no fortalecimento do acesso e continuidade da assistência (Brasil, 2012; Brasil, 2022; Brasil, 2024).

As diretrizes nacionais para o acompanhamento gestacional estabeleceram, ao longo dos anos, parâmetros mínimos para a assistência pré-natal, recomendando a realização de consultas periódicas associadas à execução de ações preventivas, clínicas e educativas. Entre as condutas preconizadas estão a atualização vacinal, solicitação e interpretação de exames laboratoriais, suplementação medicamentosa e acompanhamento de possíveis intercorrências identificadas durante a gestação. Além disso, todas as informações referentes ao seguimento gestacional devem ser registradas na Caderneta da Gestante, instrumento que favorece a continuidade do cuidado e auxilia na comunicação entre os diferentes níveis de atenção à saúde (Leal et al., 2020).

Nesse cenário, a atuação do enfermeiro ultrapassa a execução de procedimentos técnicos, envolvendo também aspectos relacionados ao acolhimento, vínculo e educação em saúde. A consulta de enfermagem no pré-natal constitui um espaço estratégico para acompanhamento integral da gestante, permitindo a realização da anamnese, exame físico e obstétrico, interpretação de exames laboratoriais e orientações acerca das alterações fisiológicas da gravidez, hábitos de vida saudáveis, sinais de alerta e preparo para o parto e puerpério. Além disso, a escuta qualificada e o cuidado centrado na mulher favorecem maior participação da gestante nas decisões relacionadas ao seu processo gestacional, fortalecendo sua autonomia e protagonismo (Reis; Abi Rached, 2017; Nascimento; Menezes, 2024).

A assistência desenvolvida pela enfermagem também está alinhada às recomendações da Organização Mundial da Saúde para promoção de um cuidado humanizado e baseado em evidências científicas. No contexto brasileiro, tais práticas dialogam com a Lei nº 11.108/2005, que garante à parturiente o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. Dessa forma, a equipe de enfermagem exerce importante papel no fortalecimento da rede de apoio da gestante, contribuindo para maior acolhimento, segurança emocional e humanização da assistência obstétrica (Rustiguel et al., 2025).

A ampliação das atribuições clínicas do enfermeiro encontra respaldo na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/2011, que assegura a esse profissional competência para solicitação de exames complementares e prescrição de medicamentos conforme protocolos institucionais. De forma complementar, a Resolução

COFEN nº 195/1997 regulamenta a prescrição medicamentosa pelo enfermeiro, fortalecendo sua autonomia profissional e ampliando a resolutividade das ações desenvolvidas durante o acompanhamento pré-natal (Ferreira et al., 2024).

Diante disso, observa-se que o início precoce e a continuidade adequada do pré-natal representam estratégias fundamentais para prevenção de agravos maternos e neonatais. A qualidade da assistência ofertada, associada ao acolhimento, às ações educativas e ao fortalecimento do vínculo entre profissionais de saúde e gestantes, repercute positivamente nos desfechos materno-infantis e contribui para uma experiência gestacional mais segura e humanizada (Freitas et al., 2023).

### 3. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, transversal, censitário, com abordagem quantitativa, realizado nas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) do município de Orobó, localizado no agreste setentrional do estado de Pernambuco, Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui extensão territorial de 138,362 km<sup>2</sup> e população estimada em 21.808 habitantes. A pesquisa contemplou todas as dez UBSF existentes no município, das quais sete estão situadas na zona rural e três na zona urbana.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e setembro de 2025 e contou com a participação de todos os enfermeiros atuantes nas UBSF do município responsáveis pelo acompanhamento de gestantes de baixo risco, totalizando dez profissionais. Por se tratar de um estudo censitário, foram incluídos todos os enfermeiros em exercício nas unidades durante o período da coleta de dados.

Foram considerados elegíveis os enfermeiros com registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem (COREN), vinculados às UBSF do município de Orobó-PE e atuantes diretamente na assistência pré-natal de baixo risco, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos profissionais afastados de suas atividades laborais durante o período da coleta, em razão de licença médica, férias ou outros motivos, além

daqueles sem vínculo fixo com a unidade de saúde ou que optaram por não participar do estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado composto por questões abertas e fechadas, elaborado com base nas recomendações do Manual Técnico do Ministério da Saúde: Pré-Natal e Puerpério e em evidências científicas relacionadas à assistência obstétrica. O instrumento foi organizado em cinco eixos temáticos: caracterização sociodemográfica dos profissionais; organização da assistência pré-natal nas UBSF; ações clínicas e assistenciais desenvolvidas no acompanhamento gestacional; práticas educativas e orientações direcionadas às gestantes; e percepção dos profissionais acerca da assistência ofertada e dos desafios vivenciados na atenção pré-natal.

Entre os aspectos investigados estavam a formação profissional, demanda mensal de atendimentos às gestantes, número de consultas realizadas durante o pré-natal de baixo risco, exames laboratoriais solicitados, procedimentos clínicos executados durante as consultas, solicitação de ultrassonografia obstétrica, orientações fornecidas às gestantes, critérios utilizados para realização de visitas domiciliares e prescrição medicamentosa durante o acompanhamento gestacional.

A coleta de dados teve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob parecer nº 7.729.421. As entrevistas ocorreram presencialmente, de forma individual, em horários previamente agendados conforme a disponibilidade dos participantes, nas respectivas UBSs onde os profissionais exerciam suas atividades. Os encontros foram realizados em ambiente reservado, assegurando privacidade, conforto e liberdade para participação dos entrevistados.

O presente artigo é oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Assistência Pré-Natal: Competências Desempenhadas por Enfermeiros do Município de Orobó-PE”, desenvolvido no curso de graduação em Enfermagem, com enfoque na análise da atuação do enfermeiro no acompanhamento pré-natal de baixo risco na Atenção Primária à Saúde.

Com a finalidade de preservar o anonimato e a confidencialidade das informações, foi adotado um sistema de codificação numérica dos participantes, sem qualquer

associação a nomes ou dados de identificação pessoal. Todas as informações coletadas foram utilizadas exclusivamente para fins científicos e analisadas de forma agrupada.

Os dados foram organizados inicialmente em mapas-resumo elaborados manualmente e, posteriormente, submetidos à análise estatística descritiva, considerando as atividades essenciais preconizadas pelo Manual Técnico do Pré-Natal e Puerpério do Ministério da Saúde e demais evidências científicas relacionadas à assistência pré-natal de baixo risco. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos contendo frequências absolutas e relativas, elaborados com auxílio do software Microsoft Excel®.

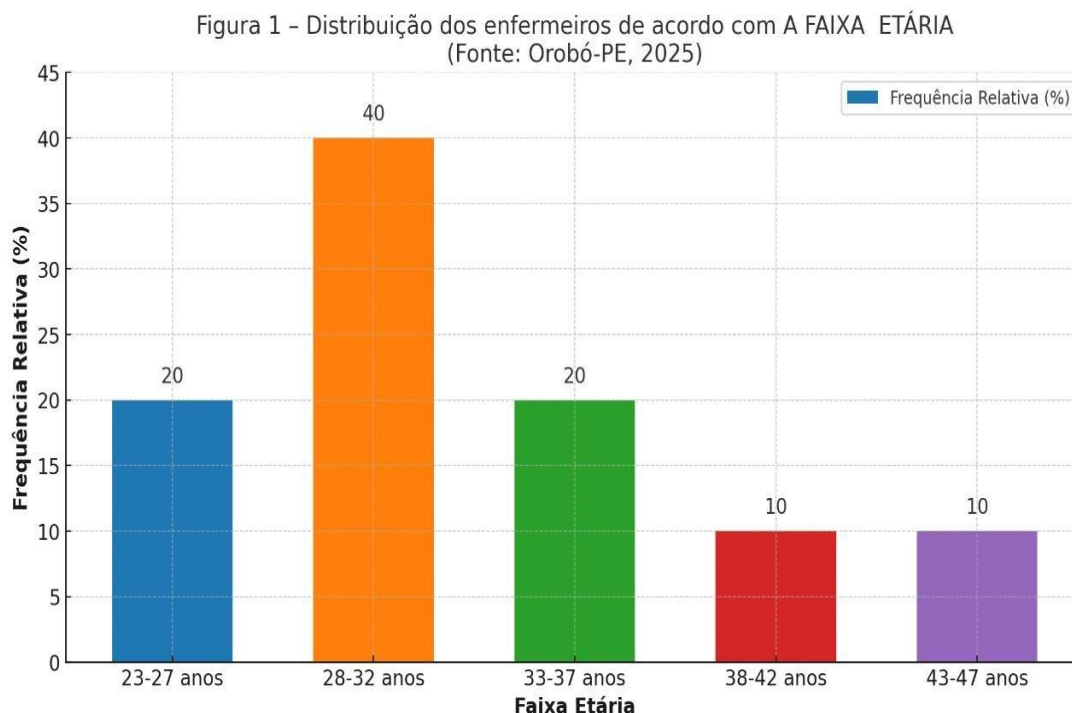
A pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os participantes foram esclarecidos acerca dos objetivos, riscos e benefícios do estudo, bem como sobre a possibilidade de desistência em qualquer etapa da pesquisa, sem qualquer prejuízo pessoal ou profissional.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi disponibilizado em duas vias assinadas, permanecendo uma com o participante e outra sob responsabilidade da pesquisadora. O sigilo e a confidencialidade das informações foram rigorosamente assegurados durante todas as etapas da pesquisa, incluindo coleta, armazenamento, análise e divulgação dos resultados.

#### **4. Resultados e Discussão**

A análise do perfil dos profissionais, conforme ilustrado na Figura 1, detalha a distribuição dos enfermeiros por faixa etária. Os dados revelam que a maior concentração de participantes, correspondendo a 40% da amostra (N=4), está na faixa de 28 a 32 anos. Em seguida, observa-se uma representação idêntica de 20% (N=2) para as faixas de 23 a 27 anos e de 33 a 37 anos, respectivamente. As faixas etárias mais experientes aparecem em menor número, com o grupo de 38 a 42 anos e o de 43 a 47 anos contribuindo, cada um, com 10% do total de profissionais entrevistados (N=1). Esses números confirmam o perfil predominantemente jovem da amostra, cuja idade média geral foi de 32 anos.

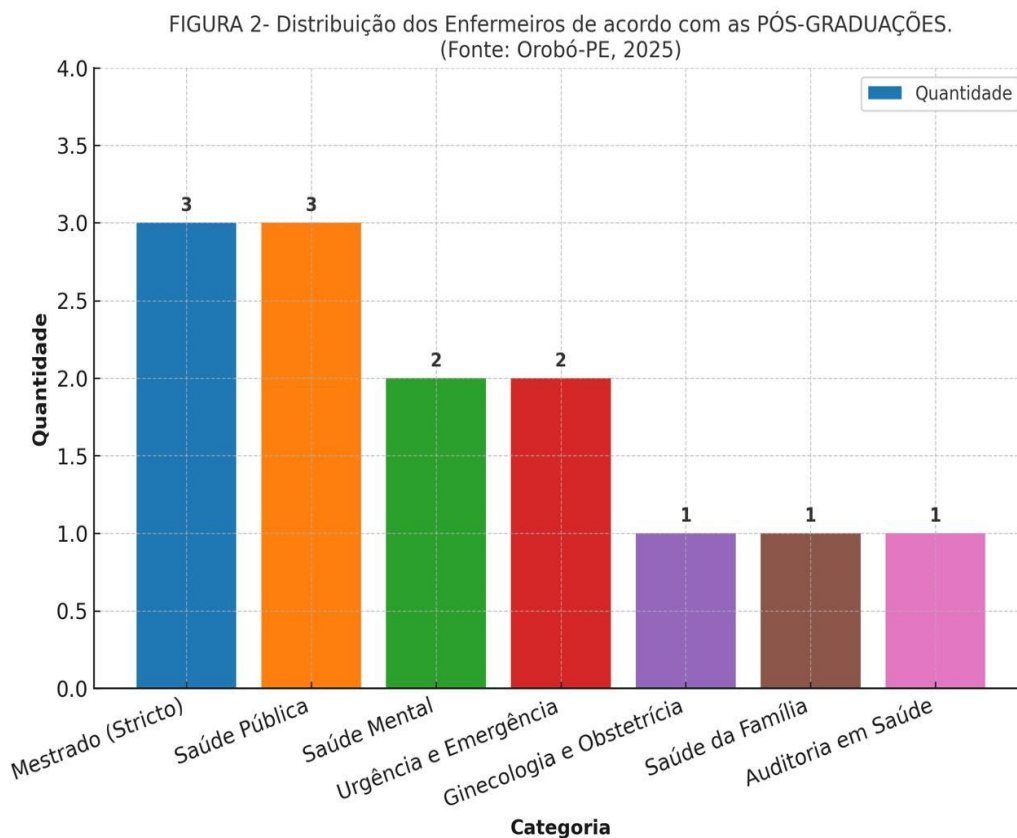
Figura 1 - Distribuição dos enfermeiros de acordo com a faixa etária.



Fonte: Autores da Pesquisa, 2025.

Em relação a qualificação profissional, detalhada na **Figura 2**, observa-se um alto nível de especialização entre os enfermeiros entrevistados. No que se refere à pós-graduação *stricto sensu*, foi constatado que 30% dos profissionais (N=3) possuem título de Mestrado. A formação *lato sensu* é ainda mais prevalente, com 90% da amostra (N=9) tendo concluído ao menos uma especialização. Dentre as especializações, a área de Saúde Pública é a mais comum, correspondendo a 30% dos profissionais (N=3). Em seguida, as áreas de Saúde Mental e Urgência e Emergência apresentam uma frequência idêntica, cada uma representando 20% dos especialistas (N=2). As demais áreas, como Ginecologia e Obstetrícia, Saúde da Família e Auditoria em Saúde, foram citadas por 10% dos participantes cada (N=1), evidenciando a diversidade de qualificações na referida equipe.

**Figura 2** - Distribuição dos enfermeiros de acordo com as pós-graduações.



**Fonte:** Autores da pesquisa, 2025.

Acerca da demanda de atendimento mensal dos enfermeiros às gestantes na UBS revela a distribuição do volume de trabalho dos profissionais. A maior parte dos entrevistados, correspondendo a 60% (N=6), relatou realizar entre 11 e 20 atendimentos por mês. A faixa de até 10 atendimentos mensais foi indicada por 30% dos enfermeiros (N=3). Por fim, uma minoria de 10% (N=1) declarou lidar com uma demanda superior, realizando mais de 30 consultas mensais, o que evidencia diferentes cargas de trabalho entre os profissionais da unidade.

No que diz respeito à percepção dos enfermeiros sobre o número ideal de consultas de pré-natal indicam um forte consenso. A grande maioria dos profissionais, correspondendo a 80% dos entrevistados (N=8), considera necessária a realização de mais de seis consultas durante o período gestacional. Em contrapartida, uma parcela menor, de 20% (N=2), avalia que o mínimo de seis consultas seria o suficiente para um

acompanhamento adequado, revelando uma tendência majoritária a favor de um acompanhamento pré-natal mais intensivo do que o protocolo básico.

Quanto à prática de agendamento para assegurar a primeira consulta de pré-natal até a 12ª semana de gestação, os dados demonstram um forte compromisso por parte dos enfermeiros. A grande maioria, correspondendo a 80% dos entrevistados (N=8), afirmou que sempre realiza ativamente este agendamento para garantir o início precoce do acompanhamento. Os 20% restantes (N=2) indicaram que realizam essa prática às vezes, o que sugere que, embora a adesão seja alta, ainda existem barreiras ou inconsistências pontuais no processo de captação precoce das gestantes.

Considerando os dados sobre os exames solicitados pelos enfermeiros durante a primeira consulta de pré-natal, conforme detalhado na **Tabela 1**, revela uma alta adesão aos protocolos padrão, mas com algumas variações. Exames essenciais como Glicemia de Jejum, Grupo Sanguíneo, Fator RH, Teste HIV, Exame de Urina e Ultrassonografia Obstétrica foram solicitados por 100% dos profissionais (N=10). O Hemograma e a Sorologia para Sífilis também apresentaram alta frequência, sendo requisitados por 90% dos enfermeiros (N=9). A testagem para Hepatite e Toxoplasmose foi referida por 80% dos participantes (N=8).

Em contrapartida, a solicitação de outros exames foi menos frequente. A Eletroforese de Hemoglobina foi pedida por 40% dos profissionais (N=4), enquanto a sorologia para HTLV e Rubéola foi solicitada por 30% (N=3) cada. Exames como "Citomegalovírus" foram requisitados por 20% (N=2) da amostra. Por fim, a sorologia para Doença de Chagas e a Bacterioscopia apresentaram a menor frequência, sendo solicitadas por apenas 10% dos enfermeiros (N=1) cada, indicando uma variabilidade significativa na abrangência da investigação laboratorial inicial.

**Tabela 1** - Exames solicitados pelos enfermeiros durante a primeira consulta pré-natal.

Exames Solicitados pelos Enfermeiros	Nº	%
Hemograma	9	90%
Glicemia de Jejum	10	100%
Grupo Sanguíneo	10	100%
Fator RH	10	100%
Hepatite	8	80%
Sorologia para Sífilis	9	90%
Teste HIV	10	100%
Exame de Urina	10	100%
Ultrassonografia Obstétrica	10	100%
Toxoplasmose	8	80%
HTLV	3	30%
Eletroforese de Hemoglobina	4	40%
Citomegalovírus	2	20%
Sorologia para Doença de Chagas	1	10%
Rubéola	3	30%
Bacterioscopia	1	10%

Fonte: Autores da pesquisa, 2025.

A análise dos exames clínicos realizados durante a consulta de pré-natal, apresentada na **Tabela 2**, demonstra uma execução quase integral dos procedimentos fundamentais. Aferições como a da Altura Materna, a Ausculta dos Batimentos Cardíofetais (BCF), a medição da Medida Uterina, da Pressão Arterial e do Peso foram relatadas por 100% dos enfermeiros (N=10) como práticas rotineiras. O Exame das Mamas também apresentou uma alta adesão, sendo realizado por 90% dos profissionais (N=9). Em notável

contraste, a Avaliação do Estado Nutricional foi um procedimento realizado por apenas 10% dos entrevistados (N=1), indicando uma lacuna significativa neste aspecto do cuidado.

**Tabela 2** - Exames clínicos realizados pelos enfermeiros durante a consulta pré-natal.

Exames Clínicos Realizados	Nº	%
Altura Materna	10	100%
Auscultas dos BCF	10	100%
Exame das Mamas	9	90%
Medição Uterina	10	100%
Pressão Arterial	10	100%
Peso	10	100%
Avaliação do Estado Nutricional	1	10%

Fonte: Autores da pesquisa, 2025.

Analisando a solicitação de ultrassonografias e a realização de visitas domiciliares, identifica-se práticas distintas entre os enfermeiros. No que tange à ultrassonografia, a solicitação no primeiro trimestre é uma prática unânime, realizada por 100% dos profissionais (N=10). No segundo trimestre, a adesão continua alta, com 90% dos enfermeiros (N=9) requisitando o exame, enquanto apenas 10% (N=1) o solicitam "apenas às vezes". Em um cenário diferente, a prática da visita domiciliar divide exatamente a amostra: 50% dos enfermeiros (N=5) afirmaram que realizam as visitas, enquanto os outros 50% (N=5) informaram que não realizam essa atividade, evidenciando uma inconsistência significativa na aplicação dessa estratégia de cuidado.

Quanto às orientações de enfermagem durante o pré-natal revela que, de um total de 10 participantes, a maioria das práticas educativas foi realizada de forma consistente. Foi observado que 100% das gestantes (N=10) receberam orientações fundamentais, como a importância da avaliação odontológica, a necessidade da vacina durante a gestação, a orientação sobre risco gestacional, e a relevância do pré-natal do parceiro. Da mesma forma, a testagem para infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o teste anti-HIV e a sorologia para sífilis, foi abordada com todos os 10 participantes. Outros temas com

adesão total (100%) foram a importância da alimentação saudável, os direitos da gestante, o aleitamento materno, os tipos de parto e os cuidados ao recém-nascido.

Em contrapartida, algumas orientações foram menos frequentes. O encaminhamento para visita à maternidade e a elaboração do plano de parto foram realizados com apenas 50% do grupo (N=5). Adicionalmente, o uso de material educativo e a formação de um grupo educativo para gestantes alcançaram 60% dos participantes (N=6), indicando que, embora importantes, essas estratégias não foram integralmente aplicadas no grupo estudado.

**Tabela 3-** Orientações transmitidas às gestantes durante a consulta pré-natal.

Orientações Transmitidas pelos Enfermeiros Durante a Consulta Pré-Natal	Nº	%
Avaliação Odontológica	10	100%
Encaminhamento para Visita a Maternidade/ Planejamento do Parto	5	50%
Vacina durante a Gestação	10	100%
Elaboração de Plano de Parto	5	50%
Orientação sobre Risco Gestacional	10	100%
Importância do Pré-Natal do Parceiro	10	100%
Teste anti-HIV	10	100%
Teste de Sorologia para Sífilis	10	100%
Importância da Alimentação Saudável	10	100%
Direitos da Gestante	10	100%
Aleitamento Materno	10	100%
Tipos de Parto	10	100%

Cuidados ao Recém-Nascido	10	100%
Material Educativo	6	60%
Grupo Educativo para Gestantes	6	60%

Fonte: Autores 2025.

Analisando o encaminhamento de gestantes por intercorrência observa-se que a maioria das participantes apresentou necessidade de encaminhamento, correspondendo a 80% (N=8), enquanto apenas 20% (N=2) não foi encaminhada por esse motivo. Entre as intercorrências identificadas, a Hipertensão Arterial Sistêmica foi a mais frequente, representando 37,5% (N=3) dos casos, seguida pela Pré-Eclâmpsia e pelos casos sem especificidade, ambas com 25% (N=2) cada. A menor ocorrência foi de Bradicardia Fetal associada à Anomalia Congênita, que correspondeu a 12,5% (N=1). Evidenciando que as condições hipertensivas se destacam como as principais causas de encaminhamento das gestantes.

A análise dos dados revela ainda que a solicitação de vacinas foi uma prática unânime entre os profissionais, com 100% (N=10) realizando essa conduta. Todas as vacinas previstas foram igualmente solicitadas, incluindo Dt, DTPa, Hepatite B, Influenza e COVID-19, cada uma com 100% (N=10) de adesão. Esses resultados demonstram a uniformidade nas práticas relacionadas à imunização das gestantes, refletindo a adesão integral às recomendações do calendário vacinal vigente e o compromisso dos profissionais com a prevenção de agravos imunopreveníveis durante o período gestacional.

A percepção dos enfermeiros sobre capacitação, valorização e estrutura de trabalho no pré-natal de baixo risco revelou um cenário de contrastes. Embora a totalidade dos profissionais (100%) se sintam apta para prestar a assistência, a participação em programas de capacitação formal não é unânime: 70% dos entrevistados (N=7) afirmaram ter participado de capacitações, enquanto 30% (N=3) não receberam esse tipo de treinamento.

A comunicação e a colaboração entre a equipe também se mostraram um ponto de melhoria. Apenas 30% dos enfermeiros (N=3) relataram participar de reuniões periódicas para discutir os casos de pré-natal, ao passo que a grande maioria, 70% (N=7), indicou a ausência desses encontros. No que diz respeito à valorização profissional, o

sentimento é majoritariamente positivo. Um total de 90% dos participantes (N=9) declarou sentir-se valorizado e satisfeito em sua atuação, com apenas 10% (N=1) relatando não se sentir valorizado.

Quanto à estrutura e gestão da qualidade, 80% das unidades (N=8) possuem indicadores para monitorar a qualidade do pré-natal. No entanto, em uma unidade o profissional não soube informar sobre a existência desses indicadores e, em outra, foi relatado que não há nenhum. A avaliação sobre a qualidade da estrutura ofertada pelo município dividiu as opiniões: 50% dos enfermeiros (N=5) a consideraram adequada, enquanto os outros 50% (N=5) concordam apenas parcialmente.

O perfil demográfico da amostra, com 90% dos profissionais sendo do sexo feminino, alinha-se à caracterização histórica da enfermagem como uma profissão predominantemente feminina. Tal realidade é reforçada pelo estudo de Rodrigues e Faustino (2024), que, ao analisarem o perfil de egressos entre 1981 e 2019, encontraram 88,8% de mulheres. Os autores argumentam que essa hegemonia feminina está intrinsecamente ligada a uma construção social e cultural que associa a prática do cuidado à mulher, perpetuando um padrão histórico na área da saúde.

De acordo com dados do COFEN (2020), o país contava, naquele ano, com um total de 2.378.471 profissionais registrados, englobando enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Do total de trabalhadores da enfermagem, aproximadamente 84,6% eram mulheres, o que reforça o caráter historicamente marcado pela presença feminina nesse campo de atuação.

Adicionalmente, a consolidação da enfermagem como um campo feminino no Brasil está ligada à divisão social do trabalho vigente na primeira metade do século XX. Enquanto aos homens era designada a esfera pública e o sustento financeiro, às mulheres cabia o espaço doméstico e o papel de cuidadora, uma extensão natural do trabalho do lar. Essa estrutura reforçou a percepção da enfermagem como uma ocupação adequada às mulheres, alinhada às suas supostas vocações naturais, mas distante de uma plena profissionalização no país (Ferreira *et al.*, 2023).

Ao adentrar no campo da Educação Continuada (EC), observa-se que cerca de 90% dos profissionais de enfermagem possuem, ao menos, uma especialização. A EC configura-se como um processo educativo dinâmico e sistemático, voltado para a capacitação do profissional de saúde, de modo a responder tanto às necessidades da

população quanto às constantes transformações do sistema de saúde. Trata-se de um processo que deve partir da análise crítica da prática cotidiana, identificando lacunas e desafios, para, assim, direcionar o desenvolvimento de competências capazes de gerar impacto real na qualidade da assistência (Lepesteur, 2024).

Com relação ao número de atendimentos realizados mensalmente, observa-se que a maioria dos profissionais entrevistados relatou acompanhar entre 11 e 20 gestantes por mês, o que demonstra uma demanda significativa de atendimentos pré-natais nos serviços de saúde. No Brasil, a recomendação vigente desde 2012 estabelece que a gestante deve realizar, no mínimo, seis consultas de pré-natal, contemplando a aplicação de vacinas, a solicitação de exames laboratoriais de rotina, a oferta de suplementos, além do tratamento medicamentoso dos problemas identificados durante a gestação. Todos esses procedimentos devem ser devidamente registrados na Caderneta da Gestante (Mario *et al.*, 2019).

De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), observa-se uma expressiva evolução na cobertura da atenção pré-natal no Brasil ao longo das últimas décadas. Em 1995, mais de 10% das gestantes não realizaram nenhuma consulta durante a gestação. Contudo, esse percentual apresentou significativa redução, alcançando apenas 2,2% em 2015. Paralelamente, o número de mulheres que realizaram sete ou mais consultas aumentou consideravelmente, passando de menos da metade para 66,5% no mesmo período (Leal *et al.*, 2020).

O acompanhamento pré-natal, quando realizado de forma regular, constitui um dos pilares fundamentais da atenção à saúde materno-infantil. Esse acompanhamento possibilita a detecção precoce e o manejo adequado de condições clínicas que podem comprometer a saúde da gestante e do feto, além de permitir o monitoramento contínuo do crescimento e desenvolvimento fetal (Brito *et al.*, 2021).

Observa-se ainda que a adequação do pré-natal ainda apresenta marcadas desigualdades regionais e socioeconômicas. De acordo com dados nacionais, o pré-natal considerado adequado é mais frequente entre mulheres de cor branca (87,8%) e entre aquelas que realizaram o acompanhamento em serviços da rede privada. Regionalmente, nota-se que as menores frequências de pré-natal adequadas são observadas nas regiões Norte (69,5%) e Nordeste (76,1%), contrastando com a região Sudeste, que apresenta a maior taxa de adequação (86,3%) (Nascimento *et al.*, 2020).

A garantia do agendamento precoce da primeira consulta de pré-natal, preferencialmente antes da 12ª semana de gestação, é reconhecida como uma medida essencial para assegurar a integralidade e a qualidade da assistência à gestante. No entanto, os resultados deste estudo indicam que 20% dos profissionais realizam essa prática apenas ocasionalmente. O início tardio do pré-natal configura-se como uma condição preocupante no âmbito da saúde materno-infantil, pois compromete a qualidade do acompanhamento e pode acarretar complicações tanto para a mãe quanto para o bebê (Teixeira, André, 2024).

Este início tardio está frequentemente associado a um conjunto de fatores interligados, que envolvem desde limitação de recursos financeiros, a carência de informação sobre a relevância do acompanhamento gestacional e a influência de crenças ou costumes locais. Além disso, muitas gestantes enfrentam obstáculos práticos, como a demora para agendar consultas no sistema público e a ausência de uma rede de apoio familiar (Silva, Sarmiento, Gama, 2025).

De forma semelhante, Pitilin e Peloso (2017), identificaram em seu estudo realizado em Guarapuava (PR), que 44,06% das gestantes internadas por condições sensíveis apresentaram início tardio do pré-natal, proporção superior à observada entre aquelas internadas por outros motivos (37,03%). Os autores verificaram associação entre início tardio, número insuficiente de consultas, registros incompletos no cartão de pré-natal e avaliação negativa da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Em suma, fazendo referência aos exames clínicos realizados durante a consulta pré-natal observa-se que 100% dos enfermeiros informaram realizar a aferição do peso, da pressão arterial, ausculta dos batimentos cardíacos, altura materna e medição da altura uterina, mas, apenas um profissional informou ter realizado avaliação do estado nutricional. Ademais, a avaliação do peso, nutrição e altura é um procedimento que permite realizar a avaliação do Índice de Massa Corporal (IMC), identificando déficit nutricional devido crescimento intrauterino retardado, anemias ou doenças debilitantes ou sobrepeso. predispõe a macrossomia fetal, ao polidramio e ao edema (Brasil, 2012).

A aferição da pressão arterial deve ser feita em todas as consultas de pré-natal para identificar precocemente possíveis casos de hipertensão. A ausculta dos batimentos fetais é realizada com o sonar a partir da 12ª semana e, após a 20ª, com o estetoscópio de Pinard, para avaliar ritmo e frequência cardíaca. A medida da altura uterina permite acompanhar o crescimento do bebê e identificar alterações, enquanto o exame das mamas

auxilia na detecção de possíveis problemas e na orientação sobre o aleitamento materno. Em resumo, a rotina de pesar e aferir a pressão da gestante é seguida por todos os profissionais de enfermagem nas *consultas de pré-natal* (Mario *et al.*, 2019; Pedras *et al.*, 2019; Costa, Papageorghiou, Helfer, 2015).

Em relação a realização da ultrassonografia obstétrica durante o período gestacional observa-se que 100% dos enfermeiros solicitam a ultrassom obstétrica no primeiro e segundo trimestre. a ultrassonografia pode ser acrescida a rotina mínima de exames quando houver disponibilidade, na impossibilidade de determinação da idade gestacional clinicamente deve ser solicitada o mais precocemente, no primeiro trimestre como exame complementar para avaliação de diabetes gestacional e entre 16 e 20 semanas (ultrassonografia morfológica) para rastrear malformações fetais (Brasil, 2012).

Atualmente é indicado a suplementação durante a gestação de ácido fólico 0,4 mcg uma vez ao dia até 12 semana de gestação, sulfato ferroso 40 mg uma vez ao dia do início da gestação até o puerpério, e carbonato de cálcio 1000 mg ao dia, constatou-se que 100% dos enfermeiros prescrevem esses suplementos na mesma dosagem, diferenciando-se apenas a unidade de medida miligramas (mg) e micrograma (mcg) o ácido fólico é prescrito em 04 mcg ou 400 mg, foi informado por todos os enfermeiros que é indicada tomar até 12 semanas de gestação para diminuição de chances de malformação congênita. Já o sulfato ferroso foi informado pelos enfermeiros tomar até os 03 meses após o parto, para prevenção ou tratamento de anemia e o carbonato de cálcio é recomendado para auxiliar na prevenção de pré-eclâmpsia (Brasil, 2024).

O plano de parto representa uma estratégia fundamental para garantir a autonomia da gestante, possibilitando que ela exerça escolhas informadas sobre a via de parto, métodos de alívio da dor, intervenções médicas e a presença de acompanhantes. Além de esclarecer dúvidas e detalhar os procedimentos do trabalho de parto, o plano fortalece o vínculo entre a gestante e a equipe de saúde, incentivando o respeito às suas decisões e promovendo práticas de parto humanizado. Estudos indicam que a implementação do plano de parto pode contribuir significativamente para a diminuição de cesarianas desnecessárias e para o fortalecimento do protagonismo materno (Trigueiro *et al.*, 2021).

Em síntese, foi relatado pelos enfermeiros que existem desafios que são encontrados durante assistência, e foram mencionados com mais frequência 50% a dificuldade de agendamento e realização de exames como ultrassonografia e exames laboratoriais, assim como também para as gestantes receberem os resultados em tempo

hábil, também foi mencionado 30% a dificuldade de não possuir uma maternidade como referência para encaminhar as gestantes, 20% relataram a ausência do profissional de medicina no acompanhamento de pré-natal 20% relatou a dificuldade de acesso para as unidades básicas, já que, essas unidades localizam-se em zonas rurais e as vias estão com acesso dificultoso, 20% relatou dificuldade de encaminhamento para o alto risco 10% relatou que os moradores da comunidade de uma UBS vivem em situação de vulnerabilidade social e pragmática, 10% relatou a falta de acompanhamento com e-multi e falta de articulação entre a APS com a média e alta complexidade.

Infer-se desse modo, que a realização de exames tanto físicos quanto exames complementares durante o pré-natal, como  $\beta$ -HCG, hemograma, tipagem sanguínea, glicemia de jejum, ultrassonografias, e sorologias é essencial para identificar precocemente alterações maternas e fetais contribuindo para a identificação precocemente de possíveis alterações, em prol de garantir o desenvolvimento adequado do feto, prevenção de morbimortalidades e a segurança da gestante e do feto (Malagoli *et al.*, 2024).

## 5. Conclusão

A Atenção Primária à Saúde representa a principal porta de entrada das gestantes aos serviços de acompanhamento pré-natal de baixo risco, desempenhando papel essencial na promoção da saúde materno-infantil e na prevenção de agravos durante o ciclo gravídico-puerperal. Nesse contexto, o enfermeiro frequentemente constitui o primeiro profissional a estabelecer vínculo com a gestante, assumindo função estratégica no desenvolvimento de uma assistência integral, humanizada e resolutiva. Além das atribuições clínicas relacionadas ao acompanhamento gestacional, sua atuação envolve acolhimento, escuta qualificada, orientações em saúde e suporte emocional e social às mulheres atendidas.

Os achados deste estudo evidenciaram que os enfermeiros participantes desenvolvem, de maneira geral, as competências recomendadas pelo Manual de Normas Técnicas para Assistência Pré-Natal do Ministério da Saúde. Observou-se que os profissionais realizam procedimentos clínicos, exames de rotina e ações complementares importantes para o acompanhamento adequado da gestação de baixo risco, demonstrando compromisso com a qualidade da assistência ofertada às usuárias do serviço.

Entretanto, algumas práticas foram referidas com menor frequência, indicando fragilidades pontuais no processo de cuidado. Entre os aspectos identificados, destacam-se a necessidade de ampliar as orientações relacionadas à avaliação nutricional das gestantes, fortalecer a realização de visitas domiciliares e garantir melhores condições para o desenvolvimento das consultas pré-natais, especialmente no que se refere ao tempo disponível para atendimento e à participação dos profissionais nas reuniões de equipe.

Os resultados também reforçam a importância da qualificação permanente dos profissionais de enfermagem que atuam na assistência pré-natal, sobretudo diante das demandas crescentes relacionadas ao cuidado materno-infantil. Nesse sentido, a formação continuada e a especialização em enfermagem obstétrica configuram-se como estratégias relevantes para o fortalecimento das práticas assistenciais e para o aprimoramento do cuidado ofertado às gestantes durante o planejamento reprodutivo, gestação e puerpério.

Dessa forma, conclui-se que a assistência pré-natal desenvolvida pelos enfermeiros do município de Orobó-PE apresenta resultados satisfatórios, especialmente no que diz respeito à execução das ações preconizadas pelo Ministério da Saúde. Contudo, permanecem desafios que demandam aperfeiçoamento contínuo, visando à consolidação de uma assistência cada vez mais qualificada, integral e centrada nas necessidades das gestantes.

Além disso, destaca-se a relevância da realização de novas investigações voltadas à avaliação do impacto da assistência pré-natal conduzida por enfermeiros sobre os indicadores de morbimortalidade materna e neonatal no contexto local. Estudos dessa natureza poderão contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de saúde materna e para a consolidação de práticas assistenciais mais efetivas na Atenção Primária à Saúde.

## Referências

ANDRÉ, S.F.S. *et al.* Ações dos enfermeiros na assistência ao pré-natal de alto risco. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S.L.], v. 16, n. 4, p. e4054, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Município de Orobó – PE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/orobo.html>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica, n. 32: Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde; Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Saúde das Mulheres. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 2016. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos\\_atencao\\_basica\\_saude\\_mulheres.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf). Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica Conjunta Nº 251/2024b** – COEMM/CGESMU/DGCI/SAPS/MS e CGAN/DEPPROS/SAPS/MS. Suplementação de cálcio durante a gestação: recomendações para a Atenção Primária à Saúde. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas: atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. 1. ed., 2. reimpr. Brasília: **Editora do Ministério da Saúde**, 2011. 82 p.: il. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 978-85-334-0781-7.

BRITO, A. P. S. et al. A importância do acompanhamento pré-natal para a saúde materno-infantil. *Revista Científica Multidisciplinar*, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 1-10, 2021.

COSTA, F. S.; PAPAGEORGHIU, A.; HELFER, T. M.. Crescimento fetal: o dilema das múltiplas referências. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [S.L] v. 37, n. 8, p. 345–346, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem. Brasília, DF: COFEN, 2020.

FERREIRA, T. A. *et al.* Enfermagem como opção de profissão feminina na Universidade do Brasil. **História da Enfermagem Revista Eletrônica (HERE)**, [S.L], v. 14, a8, 2023.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: **Atlas**, 2022.

LEAL, M. C. Assistência pré-natal na rede pública do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, p. 8, 2020.

LENHARTH, E. R.; TAGLIAPIETRA, R. D. Metodologia da pesquisa. 2023.

LEPESTEUR, J. D. A importância da formação continuada para os profissionais da saúde. **Revista Foco**, Curitiba (PR), v. 17, n. 5, e5214, p. 01-18, 2024.

MALAGOLI, M. *et al.* Assistência pré-natal: exames complementares e sua importância. **Research, Society and Development**, [S.L], v. 13, n. 10, p. e104131047140, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i10.47140.

MARIO, D. N. *et al.* Qualidade do pré-natal no Brasil: pesquisa nacional de saúde 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L], v. 24, n. 3, p. 1223-1232, 2019.

NASCIMENTO, L. C. dos S. *et al.* Perspectiva dos enfermeiros sobre a assistência pré-natal no âmbito da Estratégia Saúde da Família. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 10, e44, p. 1–21, 2020.

PEDRA, S. R. F. F. *et al.* **Brazilian Fetal Cardiology Guidelines** - 2019. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, [S.L], v. 112, n. 5, p. 600–648, 2019.

PITILIN, É. de B.; PELLOSO, S. M. Primary care sensitive admissions in pregnant women: associated factors based on the prenatal care process. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2017.

RODRIGUES, T. S.; FAUSTINO, A. M. *et al.* Homens e mulheres na enfermagem: uma análise histórica quantitativa dos estudantes na Universidade de Brasília. **Revista Foco**, Curitiba (PR), v. 17, n. 5, e5057, p. 01-15, 2024.

ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. **Epidemiologia & saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: **MedBook**, 2018.

SILVA, Í. do N. S. da; SARMENTO, J. de L.; GAMA, M. G. O. F. da. Fatores e consequências de se iniciar um pré-natal tardio. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 5, p. 852–883, 2025.

TEIXEIRA, A.; ANDRÉ, S. F. S. Início tardio do pré-natal e suas implicações para a saúde materno-infantil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 1-12, 2024.

TRIGUEIRO, T. H. *et al.* O uso do plano de parto por gestantes no pré-natal. **REMÉ: Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 25, e-55034, 2021.8.0